

Reforma Tributária no Senado

nº 24 • 13 de outubro 2023



Com o encerramento das audiências públicas na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), a principal movimentação em torno da Reforma Tributária foi a **atualização do cronograma da PEC 45/2019** por parte do senador Eduardo Braga (MDB/AM), com a seguinte previsão:

- » **24/10**: apresentação do parecer;
- » **07/11**: votação na CCJ; e
- » **07 a 09/11**: votação em Plenário, em dois turnos.

Mesmo com o novo adiamento da apresentação do parecer – *até então, estava prevista para o próximo dia 20* –, **se o novo cronograma for observado, o Senado Federal conseguirá devolver a matéria à Câmara dos Deputados ainda em novembro**, para análise das alterações, havendo espaço para a efetiva promulgação do texto ainda em 2023.

Paralelamente aos arranjos políticos para a aprovação da matéria, os setores econômicos e os entes federados continuaram nesta semana a defender alterações no texto. O **segmento de Tecnologia da Informação promoveu nessa terça-feira (10) um café da manhã com os senadores** para reforçar a necessidade de que o setor receba um tratamento tributário adequado na Reforma. O setor pleiteia sua **inclusão no rol de bens e serviços que terão alíquota reduzida em 60%**, o que contou com o apoio dos senadores **Izalci Lucas (PSDB/DF)** e **Eduardo Gomes (PL/TO)**. O evento foi organizado pela Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (**Assespro**), **Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes)**, **Associação Brasileira de Internet (Abranet)**, **Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom)** e **Federação Nacional das Empresas de Informática (Fenainfo)**, dentre outras.



Representantes do setor de TI e os senadores Izalci Lucas (PSDB/DF) e Eduardo Gomes (PL/TO) e o deputado federal Ricardo Ayres (REP/TO)

Por sua vez, na perspectiva dos entes federados, os governadores do **Rio Grande do Sul**, Eduardo Leite (PSDB), de **Santa Catarina**, Jorginho Mello (PL), e do **Mato Grosso do Sul**, Eduardo Riedel (PSDB), estiveram em Brasília para apresentar pleitos comuns dos estados ao senador Eduardo Braga.

Um dos pontos levantados foi o **receio de que a União avance sobre a base de consumo**, eventualmente exaurindo o limite da carga tributária, prejudicando a tributação dos entes subnacionais, isso porque a CBS entrará em vigor já em 2027, enquanto o IBS, apenas em 2033.

Outro tema debatido foi o **Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR)**, cuja proposta dos governadores é **aumentar os atuais R\$ 40 bilhões para R\$ 80 bilhões**. Essa mudança permitiria **alterar os critérios de distribuição, de modo que seja possível incluir no texto da PEC um critério que leve em conta o tamanho da população dos Estados** – o texto atual remete à Lei complementar os critérios de distribuição do Fundo, mas uma das possibilidades que foram levantadas desde a discussão na Câmara era a do PIB invertido, isto é, os estados com os menores PIBs teriam prioridade nos recursos do Fundo. Ainda nessa perspectiva, mas fora do espectro da Reforma Tributária, os governadores **pediram apoio para a criação de Fundos Constitucionais de Financiamento para as regiões Sul e Sudeste**, à semelhança dos existentes para as demais regiões – sobre esse ponto específico, o senador Braga salientou não ser possível a criação de um instrumento como esse sem a indicação de sua respectiva fonte de custeio.

Os governadores ainda pediram ao relator que **eventuais incentivos setoriais, tais como os destinados à indústria automobilística, não sejam direcionadas apenas a uma ou a outra região**, mas privilegie todas, além de conter critérios que promovam transição energética e inovação, por exemplo – esse pleito está relacionado à sinalização de o relator reintroduzir no texto a prorrogação dos benefícios concedidos à indústria automobilística, item que foi retirado por apenas um voto durante a tramitação na Câmara.

Também foi abordado pelos governadores o **Fundo de Compensação dos Benefícios Fiscais**, em torno do qual **o pleito é para que a União não compense apenas os estados pelos benefícios onerosos** – aqueles em que há contrapartidas de investimentos avançadas com os estados –, mas também os não onerosos.

TEMAS ANTECIPADOS PELO RELATOR

Na ocasião em que anunciou a atualização do cronograma, o senador Eduardo Braga também discorreu sobre **alguns pontos que devem ser endereçados em seu relatório**, em especial os elencados a seguir.

Imposto Seletivo

Sinalizou a defesa da **manutenção do regramento previsto pelo texto da Câmara**, com relação a possibilidade de alteração do tributo por ato do Poder Executivo, obedecidos os critérios definidos em lei ordinária, argumentando que essa já é a sistemática adotada para o atual IPI. Mas **indicou que irá propor a observância ao princípio da anualidade**, que hoje não se aplica ao IPI. Destacou que há uma corrente de senadores que defende a regulação do imposto seletivo por lei complementar, não por lei ordinária.



Da esquerda para a direita, governadores do Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel (PSDB), de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL) e do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB)

Exceções

Afirmou que ainda há um "grande exercício" a ser feito em torno das exceções previstas pelo texto da Câmara, retomando seu argumento de que é **preciso avaliar o custo-benefício de cada uma das exceções**, na linha de um projeto já aprovado pelo Senado nesse sentido ([PLP 41/2019](#)) e de uma das recomendações, do Tribunal de Contas da União, mas pontuou que esse aspecto ainda não foi discutido com a Câmara.

Zona Franca de Manaus

Algumas questões ainda estão sendo debatidas com o Ministério da Fazenda e o governo do Amazonas, porque o assunto sofrerá impactos de outras mudanças previstas, como é o caso do Imposto Seletivo, mas salientou que os demais pontos em discussão sobre a Zona Franca são apenas ajustes do texto, sem mudanças substanciais. Apesar disso, **destacou que, pessoalmente, considera muito mais simples a solução apresentada pelo então senador Roberto Rocha no âmbito da [PEC 110/2019](#), isto é, a possibilidade de manter o IPI até 2073 exclusivamente para os produtos da Zona Franca – solução também [defendida](#) recentemente pelo Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), principal entidade mentora da PEC 45/2019.**

Transição

Destacou não ser possível antecipar a entrada em vigor do IBS (2033) para coincidir com a CBS (em 2027), uma vez que isso alteraria a base do ICMS, ao qual estão vinculados os benefícios fiscais que foram convalidados até 31 de dezembro de 2032.

Conselho Federativo

O órgão não deverá ser suprimido, haja vista que o modelo tributário proposto demanda um órgão que seja capaz de arrecadar e distribuir a receita para os entes subnacionais. Apesar disso, **deve assumir uma forma mais semelhante à de um Comitê Gestor, como o do Simples Nacional, com função predominantemente "algorítmica" para arrecadar e distribuir, sem competências de iniciativa legislativa**, por exemplo. O desenho de um Comitê Gestor resolveria as questões relacionadas à composição e critérios de deliberação, como o que considera a população.

Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR)

O montante de R\$ 40 bilhões para o FNDR não será suficiente, mas ainda não foi definido o novo valor – *a maioria dos estados tem sinalizado um valor em torno de R\$ 75 bilhões*. Braga sinalizou que o critério de distribuição dos recursos do FNDR deve estar expresso na Constituição Federal, mas ainda será debatido com os governadores, na busca por consensos entre as regiões.

Cesta básica e Cashback

Defendeu a manutenção do dispositivo que prevê o cashback, mas salientou que a alíquota zero do IBS e da CBS para os alimentos da cesta básica tem "apoio quase universal da população brasileira", motivo pelo qual nenhum senador deseja revisar esse dispositivo.

Limite da carga tributária

Voltou a defender que haja uma "trava" para a carga tributária, de modo a evitar majoração. Ressalta-se, no entanto, que isso não significa fixar no texto constitucional um teto para as alíquotas dos novos impostos, mas possivelmente prever uma vinculação da carga tributária a uma determinada proporção do PIB.

Para a próxima semana, a principal expectativa é a **apresentação do relatório do Grupo de Trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**, coordenado pelo senador **Efraim Filho (UNIÃO/PB)**. O documento deve conter as sugestões do colegiado para alterações no texto, as quais ainda serão analisadas pelo senador Eduardo Braga.